

IMPLANTAÇÃO DE MEDIDAS PREVENTIVAS

- Atividades do CODEL
- Programa de Gerenciamento de Risco em Dutos e Terminais

CODEL - Comitê de Defesa do Litoral

Depois do acidente com o navio [Brazilian Marina](#) em 1978, no Canal de São Sebastião, quando vazaram aproximadamente 6.000 m³ de petróleo para o mar, afetando a zona costeira do litoral norte de São Paulo e sul do Rio de Janeiro, foi criado o CODEL - Comitê de Defesa do Litoral, pelo Decreto Estadual N° 11.762 de 22/6/78, com o objetivo de coordenar a atuação das diversas entidades que pudessem cooperar com a proteção do meio ambiente no litoral do Estado de São Paulo, principalmente com relação as ações de prevenção e resposta a poluição por óleo no mar. Este comitê atuou até 1988.



Figura ilustrando o símbolo do CODEL.

Os golfinhos simbolizam o desejo dos mares sempre limpos e representam as duas coordenações regionais existentes na época, de Santos e de São Sebastião.

O CODEL era formado por dez organizações governamentais.

- cinco estaduais: Secretaria de Obras e Meio Ambiente - SOMA, Companhia de Tecnologia Ambiental do Estado de São Paulo – CETESB (atualmente denominada Companhia Ambiental do Estado de São Paulo), Superintendência do Litoral Paulista - SUDELPA, Coordenadoria de Proteção de Recursos Naturais - CPRN, Instituto Oceanográfico/USP;
- cinco federais: Secretaria Especial de Meio Ambiente - SEMA, Petróleo Brasileiro SA - PETROBRAS, Ministério da Marinha, Empresa de Portos do Brasil – PORTOBRAS além do Centro Técnico Aeroespacial - CTA.

Mudanças no Comitê

Em função de mudanças nas políticas públicas foram extintas a SUDELPA e a PORTOBRAS. A partir da SOMA surgiu a SMA - Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Estado de São Paulo, da SEMA surgiu o Ministério do Meio Ambiente. Este comitê atuou até 1988.

Atividades desenvolvidas pelo CODEL (1978 - 1988)

As iniciativas que mais se destacaram durante a atuação do CODEL foram:

- promoção de seminários e cursos regionais e internacionais sobre preparação e resposta para atender aos vazamentos de óleo no mar;
- aquisição de equipamentos de contenção e recolhimento de óleo no mar para a CETESB e PETROBRAS,
- discussão sobre o Plano de Contingência Estadual para vazamentos de óleo no mar;
- inauguração do Centro Modelo de Combate a Poluição por Óleo - CEMPOL, em São Sebastião (SP), por meio de acordo internacional com a Organização Marítima Internacional – IMO (em inglês). Em meados de 2000, passou a ser denominado - Centro de Resposta a Emergências - CRE da TRANSPETRO;
- implantação de medidas para minimizar perda de grandes volumes de óleo em incidentes envolvendo barcas transportadoras de óleo combustível marítimo no Porto de Santos (exigência para dotar as barcas de tanques segregados);
- realização de exercícios simulados em Santos e em São Sebastião;
- elaboração de diretrizes para testes de toxicidade e eficiência de produtos dispersantes químicos bem como para sua aplicação no litoral paulista;
- preparação do primeiro mapeamento de áreas sensíveis para o litoral norte – trecho Canal de São Sebastião; e
- implantação do Programa de Gerenciamento de Riscos em Dutos e Terminais da Baixada Santista e Litoral Norte, posteriormente coordenado pelo Setor de Análise de Riscos, com apoio das Agências Ambientais de Santos, Cubatão e Ubatuba (ver próximo item).

2. Programa de Gerenciamento de Riscos dos Terminais e Dutos da Baixada Santista e Litoral Norte do Estado de São Paulo

Em decorrência de uma série de acidentes ambientais envolvendo produtos químicos em terminais marítimos e oleodutos no litoral paulista a CETESB, que desde 1978 atuava apenas de maneira corretiva nestes episódios, passou a atuar de forma preventiva, a partir de 1988 com a implantação do [Programa de Gerenciamento de Riscos em Terminais e Dutos da Baixada Santista e Litoral Norte](#) - PGR, contemplando inicialmente onze terminais.

A estas empresas foi requerida a realização de estudos de análise de riscos, segundo diretrizes da então Norma CETESB P4.261. Após a análise e avaliação dos estudos apresentados, foram deliberadas medidas para o gerenciamento dos riscos identificados, as quais têm sido acompanhadas pelos técnicos do Setor de Análise de Risco e das Agências Ambientais da CETESB. Dez anos depois, a partir de 1999, o PGR foi reavaliado, em função da ocorrência de incidentes envolvendo transporte marítimo, operações de carga/descarga de produtos químicos nos terminais e operações de abastecimento de navios no Porto de Santos com óleo combustível. Essa segunda fase incluiu a CODESP, novos terminais e empresa encarregada das operações de abastecimento dos navios da região de Santos, totalizando 16 instalações.

As empresas que manipulam petróleo e derivados foram orientadas a elaborar Planos de Emergência Individual (PEI) conforme diretrizes da Resolução CONAMA nº 293/01, que estava em vigor na época e posteriormente foi substituída pela CONAMA nº 398/2008. As que manipulam produtos químicos foram orientadas a implantar planos de ação de emergência para vazamento de produtos químicos no mar, uma inovação desse segundo programa, a qual resultou no Plano Integrado de Emergência – PIE da Associação Brasileira de Terminais

Líquidos a Granel – ABTL em 1991 (<http://www.abtl.org.br/> e <http://www.abtl.org.br/pie/PiePlaca.aspx>). Este trabalho incluiu estudos de deslocamento de manchas de substâncias químicas no Estuário de Santos e cartas de sensibilidade ambiental, seguindo diretrizes da Carta SAO do Ministério do Meio Ambiente (www.mma.gov.br/estruturas/projeto/_arquivos/cartassao2007port.pdf).

Como resultado positivo do PGR Terminais, os registros do Sistema de Emergências Químicas da CETESB (SIEQ), vem indicando a redução na frequência de acidentes envolvendo produtos petróleo e derivados e produtos químicos no litoral paulista, bem como a minimização das suas conseqüências. Para saber mais acesse: www.cetesb.sp.gov.br/gerenciamento-de-riscos/analise-de-risco-tecnologico/278-documentos-tecnicos---terminais-maritimoslink.



Terminal Aquaviário adotando barreiras de contenção como medida preventiva
Foto: arquivo CETESB – Setor de Operações de Emergência